



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 190,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impressanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA

	Ano
As três séries	Kz: 470 615.00
A 1.ª série	Kz: 277 900.00
A 2.ª série	Kz: 145 500.00
A 3.ª série	Kz: 115 470.00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

SUMÁRIO

Ministério da Energia e Águas

Despacho n.º 909/14:

Desvincula Carmem Maria Afonso Cambambe, Chefe de Secção Administrativa do Gabinete Jurídico, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 910/14:

Desvincula Eurídice Gorgel Francisco de Assis António, Chefe de Secção Administrativa Acção Social da Secretaria Geral, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 911/14:

Desvincula Ferreira João, Chefe de Secção de Remuneração, Protecção e Higiene no Trabalho, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 912/14:

Desvincula Ilda de Jesus Varela Martins, Chefe de Secção do Património e Aprovisionamento da Secretaria Geral, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 913/14:

Desvincula Laurinda Joaquim Arsénio Panguila, Chefe de Secção Administrativa do Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 914/14:

Desvincula Miguel João Quissua, Chefe de Repartição de Fiscalização e Licenciamento do Departamento de Licenciamento e Fiscalização da Direcção Nacional de Energia, para efeitos de aposentação.

Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação

Despacho n.º 915/14:

Promove Domingos Matamba para a categoria de Assessor Principal.

Despacho n.º 916/14:

Promove Beatriz da Conceição Madeira da Silva para a categoria de Oficial Administrativa Principal.

Ministério da Ciência e Tecnologia

Despacho n.º 917/14:

Concede licença registada a Bento Adronico Domingos, Técnico Superior Principal, por um período de seis meses.

IRSE — Instituto Regulador do Sector Eléctrico

Despacho n.º 918/14:

Abre o concurso público para admissão de novos funcionários para provimento de vagas nas carreiras Técnica Superior, Técnica Média e Administrativa e para promoção dos funcionários do quadro deste Instituto.

ANIP — Agência Nacional Para o Investimento Privado

Resolução n.º 43/14:

Aprovado o Contrato de Investimento da Proposta denominada «K — Land Angola, Limitada», no valor global de USD 2.000.000,00.

Resolução n.º 44/14:

Aprova o Contrato de Investimento da Proposta denominada «Wange International Angola, Limitada» no valor global de USD 3.000.000,00 no regime contratual.

MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS

Despacho n.º 909/14
de 15 de Julho

Considerando que através do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, Diploma que Estabelece as Regras Especiais de Ingresso nas Carreiras e de Passagem à Reforma dos Funcionários Públicos que cessaram as funções de chefia no âmbito da vigência dos Decretos Legislativos Presidenciais n.ºs 2/13, de 25 de Junho e 3/13, de 23 de Agosto, foram aprovadas as medidas que visam atender a situações decorrentes da cessação de funções de chefia dos funcionários públicos;

Havendo necessidade de se desvincular do serviço público a funcionária Carmem Maria Afonso Cambambe, por satisfazer os requisitos exigidos pelo artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos artigos 1.º e 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com o artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Ponto Único: — É Carmem Maria Afonso Cambambe, Chefe de Secção Administrativa do Gabinete Jurídico, desvinculada do quadro de pessoal do Ministério da Energia e Águas, para efeitos de aposentação.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *João Baptista Borges*.

Despacho n.º 910/14
de 15 de Julho

Considerando que através do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, Diploma que Estabelece as Regras Especiais de Ingresso nas Carreiras e de Passagem à Reforma dos Funcionários Públicos que cessaram as funções de chefia no âmbito da vigência dos Decretos Legislativos Presidenciais n.ºs 2/13, de 25 de Junho e 3/13, de 23 de Agosto, foram aprovadas as medidas que visam atender a situações decorrentes da cessação de funções de chefia dos funcionários públicos;

Havendo necessidade de se desvincular do serviço público a funcionária Eurídice Gourgel Francisco de Assis António, por satisfazer os requisitos exigidos pelo artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos artigos 1.º e 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com o artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Ponto Único: — É Eurídice Gourgel Francisco de Assis António, Chefe de Secção Administrativa Acção Social da Secretaria Geral, desvinculada do quadro de pessoal do Ministério da Energia e Águas, para efeitos de aposentação.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *João Baptista Borges*.

Despacho n.º 911/14
de 15 de Julho

Considerando que através do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, Diploma que Estabelece as Regras Especiais de Ingresso e de Passagem à Reforma dos Funcionários Públicos que cessaram as funções de chefia, no âmbito da vigência dos Decretos Legislativos Presidenciais n.ºs 2/13, de 25 de Junho e 3/13, de 23 de Agosto, foram aprovadas as medidas que visam atender a situações decorrentes da cessação de funções de chefia dos funcionários públicos;

Havendo necessidade de se desvincular do serviço público o funcionário Ferreira João, por satisfazer os requisitos exigidos pelo artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos artigos 1.º e 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com o artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Ponto Único: — É Ferreira João, Chefe de Secção de Renumeração, Protecção e Higiene no Trabalho desvinculado do quadro de pessoal do Ministério da Energia e Águas, para efeitos de aposentação.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *João Baptista Borges*.

Despacho n.º 912/14
de 15 de Julho

Considerando que através do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, Diploma que Estabelece as Regras Especiais de Ingresso nas Carreiras e de Passagem à Reforma dos Funcionários Públicos que cessaram as funções de chefia, no âmbito da vigência dos Decretos Legislativos Presidenciais n.ºs 2/13, de 25 de Junho e 3/13, de 23 de Agosto, foram aprovadas as medidas que visam atender a situações decorrentes da cessação de funções de chefia dos funcionários públicos;

Havendo necessidade de se desvincular do serviço público a funcionária Ilda de Jesus Varela Martins, por satisfazer os requisitos exigidos pelo artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos artigos 1.º e 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com o artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Ponto Único: — É Ilda de Jesus Varela Martins, Chefe de Secção do Património e Aprovisionamento da Secretaria Geral, desvinculada do quadro de pessoal do Ministério da Energia e Águas, para efeitos de aposentação.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *João Baptista Borges*.

Despacho n.º 913/14
de 15 de Julho

Considerando que através do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, Diploma que Estabelece as Regras Especiais de Ingresso nas Carreiras e de Passagem à Reforma dos Funcionários Públicos que cessaram as funções de chefia, no âmbito da vigência dos Decretos Legislativos Presidenciais n.ºs 2/13, de 25 de Junho e 3/13, de 23 de

Agosto, foram aprovadas as medidas que visam atender a situações decorrentes da cessação de funções de chefia dos funcionários públicos;

Havendo necessidade de se desvincular do serviço público a funcionária Laurinda Joaquim Arsénio Panguila, por satisfazer os requisitos exigidos pelo artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos artigos 1.º e 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com o artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Ponto Único: — É Laurinda Joaquim Arsénio Panguila, Chefe de Secção Administrativa do Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística, desvinculada do quadro de pessoal do Ministério da Energia e Águas, para efeitos de aposentação.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *João Baptista Borges*.

Despacho n.º 914/14
de 15 de Julho

Considerando que através do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, Diploma que Estabelece as Regras Especiais de Ingresso nas Carreiras e de Passagem à Reforma dos Funcionários Públicos que cessaram as funções de chefia, no âmbito da vigência dos Decretos Legislativos Presidenciais n.ºs 2/13, de 25 de Junho e 3/13, de 23 de Agosto, foram aprovadas as medidas que visam atender a situações decorrentes da cessação de funções de chefia dos funcionários públicos;

Havendo necessidade de se desvincular do serviço público o funcionário Miguel João Quissua, por satisfazer os requisitos exigidos pelo artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos artigos 1.º e 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com o artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Ponto Único: — É Miguel João Quissua, Chefe de Repartição de Fiscalização e Licenciamento do Departamento de Licenciamento e Fiscalização da Direcção Nacional de Energia, desvinculado do quadro de pessoal do Ministério da Energia e Águas, para efeitos de aposentação.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *João Baptista Borges*.

MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES E DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Despacho n.º 915/14
de 15 de Julho

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea e) do n.º 3 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 244/12, de 6 de Dezembro, determino:

1.º — É o funcionário Domingos Matamba, Assessor do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica — INAMET, promovido nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, a Assessor Principal, com efeitos a partir de 3 de Maio de 2014.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Junho de 2014.

O Ministro, *José Carvalho da Rocha*.

Despacho n.º 916/14
de 15 de Julho

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea e) do n.º 3 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 244/12, de 6 de Dezembro, determino:

1.º — É a funcionária Beatriz da Conceição Madeira da Silva, 2.ª Oficial da Secretaria Geral, promovida nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, a Oficial Administrativa Principal, com efeitos a partir de 13 de Maio de 2014.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Junho de 2014.

O Ministro, *José Carvalho da Rocha*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Despacho n.º 917/14
de 15 de Julho

Por conveniência de serviço;

Em conformidade dos poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o

disposto nos artigos 30.º e 31.º, do Decreto-Lei n.º 10/94, de 24 de Junho (que estabelece o regime jurídico das férias, faltas e licenças), determino:

1.º — É concedida a Licença Registada a Bento Adronico Domingos, funcionário do Ministério da Ciência e Tecnologia, com a categoria de Técnico Superior Principal, colocado na Secretaria Geral, por um período de (6) seis meses, a partir de 5 de Maio de 2014.

2.º — O presente Despacho entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Luanda, aos 22 de Maio de 2014.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

IRSE — INSTITUTO REGULADOR DO SECTOR ELÉCTRICO

Despacho n.º 918/14
de 15 de Julho

Tendo sido criado, por Decreto n.º 4/02, de 12 de Março, o Instituto Regulador do Sector Eléctrico, entidade dependente do Ministério da Energia e Águas, que tem, de entre outras, como atribuições principais controlar o cumprimento da Lei n.º 14-A/96, de 31 de Maio, a qualidade da prestação de serviços e o cumprimento das obrigações fixadas nos contratos estabelecidos no âmbito do Sistema Eléctrico Público;

Considerando a necessidade de se proceder à admissão de funcionários para o provimento das vagas existentes no seu quadro de pessoal;

Nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 102/11, de 23 de Maio, por Despacho do Ministro da Energia e Águas, foi autorizada a abertura do Concurso Público de ingresso e acesso para o Instituto Regulador do Sector Eléctrico e conferidos poderes ao Presidente do Conselho de Administração para a prática de todos os actos inerentes à tramitação do Concurso, através do Despacho Interno sem número, de 19 de Março de 2014;

Assim, determino:

1.º — O Concurso público a que se refere o Despacho do Ministro, é um Concurso Público para admissão de novos funcionários para provimento de vagas para a carreira técnica superior, carreira técnica média e carreira administrativa e para promoção dos funcionários do quadro do Instituto Regulador do Sector Eléctrico de Março, de acordo com o seguinte:

Técnico Superior de 1.ª Classe	3 de acesso
Técnico Superior de 2.ª Classe	6 de ingresso
Técnico de 3.ª Classe	1 de ingresso
Técnico Médio de 2.ª Classe	2 de acesso
Técnico Médio de 3.ª Classe	4 de ingresso

Escriturário-Dactilógrafo	1 de ingresso
Motorista de 2.ª Classe	3 de ingresso
Auxiliar de limpeza de 2.ª Classe	3 de ingresso

2.º — Para o concurso de ingresso na carreira técnica superior será dada preferência àqueles que possuírem habilitações literárias comprovadas nas áreas de engenharia electrotécnica (Energia e Sistemas de Potência), Engenharia Informática, Economia e Direito.

3.º — Para o concurso de ingresso na carreira técnica média será dada preferência àqueles que possuírem habilitações literárias comprovadas nas áreas de Informática, Contabilidade e Finanças e Recursos Humanos.

4.º — O Júri para o concurso terá a seguinte composição:
Maria Augusta de Macedo Rodrigues — Presidente
José Paxe — Vice-presidente
José Afonso Francisco — Vogal
Maria da Encarnação Júlio — Vogal

5.º — O prazo de validade do concurso público externo é de um ano, contado da data da publicação da lista da classificação final.

6.º — As candidaturas deverão ser apresentadas através de requerimento dirigido ao Presidente do Conselho de Administração do Instituto Regulador do Sector Eléctrico, acompanhado dos seguintes documentos:

- Cópia do bilhete de identidade;
- Certificado de habilitações literárias;
- Documento de regularização do serviço militar obrigatório;
- 2 (duas) fotografias tipo passe.

7.º — Os candidatos deverão ser cidadãos nacionais com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos, possuir habilitações mínimas correspondentes à exigida para o cargo a desempenhar, ter idoneidade civil, possuir a situação militar regularizada e aptidão física.

8.º — As candidaturas deverão ser entregues nas Instalações onde funciona o Instituto Regulador do Sector Eléctrico, sito à Rua João de Barros n.º 50, nos prazos legais, contados da data da primeira publicação deste anúncio, local onde deverão ser, igualmente afixadas as listas provisórias e definitivas dos candidatos, para além da publicação no Jornal de Angola.

9.º — O serviço será prestado no IRSE e a remuneração será de acordo com a tabela salarial aprovada para a função pública.

10.º — O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Presidente do Conselho de Administração do Instituto Regulador do Sector Eléctrico, em Luanda, aos 29 de Abril de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração, *Luís Mourão Garcês da Silva*.

ANIP — AGÊNCIA NACIONAL PARA O INVESTIMENTO PRIVADO

Resolução n.º 43/14
de 15 de Julho

Considerando que a sociedade Sioux Investimentos — SGPS, Limitada, pessoa colectiva de direito português, entidade não residente cambial, investidor externo, com sede social sita na Avenida Arriaga, número setenta e sete, Edifício Marina Fórum, 6.º andar, sala 605, freguesia da Sé, Concelho do Funchal e com o número único de Identificação Fiscal e Registo Comercial cinco zero nove quatro cinco um cinco três cinco, registado junto da Conservatória do Registo Comercial da Zona Franca da Madeira apresentou ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11 de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) uma Proposta de Investimento Externo.

Considerando que no âmbito desta proposta pretende-se a aquisição pela Sioux Investimentos — SGPS, Limitada de 90% do capital social na sociedade de direito angolano «K — Land Angola, Limitada, cuja actividade consiste na prestação de serviços de gestão e exploração de centros de negócios (business centers), complexos imobiliários multifuncionais, condomínios, parques de estacionamento e parques logísticos e de serviços, a prestação de serviços de consultoria imobiliária e a compra de imóveis para revenda.

Considerando que, o Governo da República de Angola está empenhado em promover projectos de investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, diversificação da economia, prestação de serviços nos diversos sectores económicos, assim como a melhoria da qualidade de vida das populações, aumento de infra-estruturas industriais, o aumento do emprego, bem como o fomento do empresariado angolano.

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o Contrato de Investimento da Proposta denominada «K — Land Angola, Limitada», no valor global de USD 2.000.000,00 (dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 13 de Março de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PROJECTO «K — LAND ANGOLA, LIMITADA» CESSÃO DE QUOTAS

Contrato de Investimento Privado

O Estado da República de Angola, neste acto devidamente representado pela Agência Nacional para o Investimento Privado (doravante referida como «ANIP»), com sede na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, nos termos do n.º 1 do artigo 53.º, da Lei do Investimento Privado — Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, devidamente representada pela Presidente do Conselho de Administração, Maria Luísa Perdigão Abrantes; e

Sioux Investimentos — SGPS, Limitada, pessoa colectiva de direito português, entidade não residente cambial, investidor externo, com sede social sita na Avenida Arriaga, número setenta e sete, Edifício Marina Fórum, 6.º andar, sala seiscentos e cinco, freguesia da Sé, Concelho do Funchal e com o número único de identificação fiscal e registo comercial cinco zero nove quatro cinco um cinco três cinco, registado junto da Conservatória do Registo Comercial da Zona Franca da Madeira, devidamente representada por Carlos Manuel da Silva Gomes.

Cada uma individualmente referida como «Parte» e conjuntamente como as «Partes».

Considerandos:

- A) O investimento privado em Angola está sujeito aos termos previstos na Lei do Investimento Privado e a ANIP é a entidade competente para a promoção, coordenação, orientação e supervisão destes investimentos;
- B) Nos termos do artigo 2.º, alínea g), da Lei do Investimento Privado, a Sioux é uma investidora externa que pretende implementar um projecto de investimento estrangeiro em Angola, através da aquisição de uma participação numa sociedade de direito angolano;
- C) O investimento será realizado mediante (i) a aquisição de uma participação social com o valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), na sociedade de direito angolano referida na alínea i) do n.º 1 da Cláusula 1.ª do presente Contrato de Investimento (ii) aumento do capital social da referida sociedade para o valor nominal de Kz: 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas), sendo o aumento no valor de Kz: 900.000,00 (novecentos mil kwanzas) e (iii) a aquisição de dois imóveis sitos, na Rua Francisco das Necessidades, n.º 1, Município da Ingombota, Luanda, no edifício denominado «Edifício Coqueiros», bem como à aquisição de mobiliário e equipamentos para os mesmos;
- D) O Estado Angolano compromete-se a aprovar e apoiar o projecto de investimento da Investidora e a Investidora compromete-se a cumprir as provisões do presente Contrato de Investimento Privado e da Lei.

As Partes acordam, pelo presente:

CLÁUSULA 1.^a
(Definições)

1. No presente Contrato os termos e expressões que a seguir se enunciam, deverão ter (salvo se sentido diverso resultar do contexto) os significados indicados:

- a) «*Cedente*»: — significa a sociedade de direito angolano Onccorporate — Contabilidade e Assessoria Empresarial, Lda., com o capital social de Kz: 172.000,00 (cento e setenta e dois mil kwanzas), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o número quatrocentos e setenta e dois traço dois zero zero cinco e com o número de Identificação Fiscal 5401131208;
- b) «*Contrato de Investimento Privado*»: — significa o presente Contrato de Investimento Privado;
- c) «*Data de Implementação*»: — significa a data na qual a Investidora pode iniciar a sua actividade;
- d) «*Data Efectiva*»: — significa a data em que as Partes celebram o presente Contrato de Investimento Privado;
- e) «*Dividendos*»: — significa os dividendos declarados e distribuídos de acordo com a Lei das Sociedades Comerciais;
- f) «*EVEF*»: — significa o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, submetido perante a ANIP como anexo à Proposta de Investimento;
- g) «*Força Maior*»: — significa qualquer situação futura de carácter substancial que (i) uma Parte, agindo segundo critérios de razoabilidade, não tenha previsto à data de celebração do presente Contrato e (ii) esteja, segundo critérios de razoabilidade, fora do controlo de uma Parte e não possa ser superada pelo exercício da devida diligência pela Parte afectada, incluindo, sem carácter limitativo, as seguintes: estado de guerra, declarada ou não, revoluções ou motins, catástrofes naturais, incêndios, terremotos, cortes de comunicação e acidentes inevitáveis, e (iii) impeça a Parte afectada de cumprir qualquer uma das suas obrigações decorrentes do presente Contrato;
- h) «*Investimento*»: — significa o investimento realizado em Angola pela Investidora;
- i) «*K-Land*» ou a «*Sociedade*»: — significa a sociedade com a denominação «K-Land Angola, Limitada», sociedade comercial por quotas, constituída nos termos da Legislação Angolana, com sede social sita na Rua Francisco das Necessidades Castelo Branco, Edifício Coqueiros n.º 1 - 10.º Andar, porta C, Bairro dos Coqueiros, Município da Ingombota, Província de Luanda, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 2634/111121 e com o número de Identificação Fiscal 5417151122,

com o capital social, subscrito e realizado, de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) na qual a Sioux vai adquirir a quota, bem como realizar um aumento do capital social;

- j) «*Lei do Investimento Privado*»: — significa a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;
- k) «*Projecto de Investimento*»: — significa o Projecto de Investimento a implementar pela Sioux, nos termos da Cláusula 5.^a do presente Contrato de Investimento; e
- l) «*Quota*»: — significa a quota no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), representativa de 90% do capital social da Sociedade, detida pela Cedente.

2. Quaisquer referências a definições previstas na Lei de Bases do Investimento Privado deverão ter o significado aí previsto, salvo o estabelecido no número seguinte.

3. As referências a anexos, cláusulas, alíneas e subalíneas, excepto se estabelecido em contrário, constituem referências a anexos, cláusulas, alíneas e subalíneas deste Contrato.

4. As palavras no singular incluem o plural e vice-versa.

5. A epígrafe das cláusulas são meramente indicativas e não têm qualquer efeito legal.

6. Quaisquer referências feitas a comunicações «por escrito» incluem quaisquer formas de reprodução de palavras de forma legível e não-transitória.

CLÁUSULA 2.^a
(Natureza e objecto)

1. O presente Contrato de Investimento tem a natureza administrativa.

2. O presente Contrato de Investimento tem como objecto a aquisição pela Sioux Investimentos — SGPS, Limitada, 90% do capital social na sociedade de direito angolano «K — Land Angola, Limitada», cuja actividade consiste na prestação de serviços de gestão e exploração de centros de negócios (business centers), complexos imobiliários multifuncionais, condomínios, parques de estacionamento e parques logísticos e de serviços, a prestação de serviços de consultoria imobiliária e a compra de imóveis para revenda.

CLÁUSULA 3.^a
(Localização do Investimento e Regime Jurídico dos Bens do Investidor)

1. O Projecto de Investimento será implementado na Província de Luanda, Zona de Desenvolvimento A, assim qualificada nos termos do artigo 35.º da Lei do Investimento Privado, ficando o Investidor obrigado a comunicar à ANIP qualquer mudança de localização.

2. O projecto de Investimento ficará localizado na Rua Francisco das Necessidades Castelo Branco, Edifício Coqueiros n.º 1 - 10.º Andar, porta C, Bairro dos Coqueiros, Município da Ingombota, Província de Luanda, Zona de Desenvolvimento A.

3. Os bens adstritos ao projecto estão sob o regime de propriedade privada, e pertencem à sociedade Sioux.

CLÁUSULA 4.ª

(Duração e Denúncia do Contrato)

1. O Contrato de Investimento vigorará por tempo indeterminado.

2. Qualquer das partes poderá denunciar o contrato, mediante aviso prévio por escrito, com uma antecedência de pelo menos 6 meses antes da data proposta para o termo.

CLÁUSULA 5.ª

(Objectivos do Projecto de Investimento)

O Projecto de Investimento visa, nos termos do disposto nas alíneas a), e), e f) do artigo 27.º da Lei do Investimento Privado, os seguintes objectivos:

- a) Incentivar o crescimento da economia angolana;
- b) Proporcionar parcerias entre entidades nacionais e estrangeiras;
- c) Induzir a criação de novos postos de trabalho para trabalhadores nacionais e elevar a qualificação da mão-de-obra angolana; e
- d) Reabilitar, expandir ou modernizar as infra-estruturas destinadas à actividade económica.

CLÁUSULA 6.ª

(Montante de Investimento)

1. O montante global do investimento será no valor de USD 2.000.000,00 (dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

2. O montante do investimento referido acima será aplicado no Projecto e não deverá ser aplicado de forma ou para finalidades não previstas, nem desviar-se do objecto definido nos termos do presente Contrato de Investimento, sem o consentimento prévio da ANIP.

3. De acordo com os termos previstos na Lei do Investimento Privado, a Investidora pode, no futuro, solicitar a aprovação da ANIP para o aumento do valor do investimento, de forma a desenvolver com êxito o Projecto de Investimento.

CLÁUSULA 7.ª

(Operações de Investimento Privado)

1. Para a implementação do Projecto de Investimento e de acordo com o seu objecto social, as operações de investimento a realizar pela Investidora, são as operações de investimento previstas nas alíneas a), d), l) e m), do artigo 12.º, da Lei do Investimento Privado, nomeadamente:

- a) Introdução no território nacional de moeda livremente conversível;
- b) Participações numa sociedade de direito angolano, domiciliada em território nacional;
- c) Aquisição de bens imóveis situados em território nacional, quando essa aquisição se integre em projectos de investimento privado.

2. No âmbito da implementação do presente Contrato de Investimento e de acordo com os termos legais previstos na Lei, a Investidora poderá alterar os termos das operações de investimento, sem prejuízo da boa execução do Projecto de Investimento.

CLÁUSULA 8.ª

(Forma de realização do Investimento)

1. O valor do investimento será realizado integralmente através da transferência de fundos do exterior ao abrigo da alínea a) do artigo 13.º, da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

2. No âmbito da implementação e desenvolvimento do projecto de investimento, constitui obrigação da Investidora a realização global do investimento destinado à execução do objecto do presente Contrato.

3. A Investidora, no quadro do desenvolvimento do projecto e das necessidades do mercado, poderá, nos termos da lei, solicitar junto da ANIP, aumentos do valor do investimento, com vista a realização com êxito das suas actividades.

CLÁUSULA 9.ª

(Forma de financiamento do Investimento)

O valor global de investimento será integralmente financiado através de fundos próprios da Investidora domiciliados no exterior de Angola.

CLÁUSULA 10.ª

(Termos da proporção e graduação percentual do Repatriamento de Lucros e Dividendos)

1. O Projecto de Investimento ficará sujeito à legislação cambial em vigor na República de Angola, e às regras previstas na Lei de Investimento Privado.

2. Depois de implementado o projecto de investimento e em obediência a disposto nos artigos 18.º, 19.º e 20.º da Lei n.º 20/11 de 20 de Maio e nas condições estabelecidas na autorização do BNA, conforme a legislação cambial aplicável, ao investidor externo é garantido o direito de transferir para o exterior:

- a) Os dividendos ou lucros distribuídos, depois de devidamente verificados e certificados os respectivos comprovativos do pagamento dos impostos devidos, tendo em conta o montante do capital investido e a sua correspondência com as respectivas participações no capital próprio da Sociedade;
- b) O produto da liquidação dos seus investimentos, incluindo as mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;
- c) Quaisquer importâncias que lhe sejam devidas, com dedução dos respectivos impostos, previstos em actos e contratos que, nos termos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, constituam investimento privado; e
- d) O produto de indemnização, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º da Lei 20/11, de 20 de Maio.

3. A Investidora só terá direito ao início do repatriamento dos lucros depois de decorridos três (3) anos a contar da data da implementação efectiva do projecto de investimento.

CLÁUSULA 11.ª

(Implementação, Execução e Gestão do Projecto)

1. O projecto de investimento será implementado conforme o cronograma de execução em anexo ao presente Contrato.

2. A gestão do projecto será efectuada directamente pelo Investidor, através da sociedade K-Land, em estreita conformidade com as condições de autorização prevista neste contrato de investimento e demais legislação aplicável.

CLÁUSULA 12.ª

(Acompanhamento e fiscalização do projecto)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento da realização dos investimentos preconizados, a ser efectuado pela ANIP, no quadro do disposto na Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, os órgãos do Governo procederão, nos termos e forma legalmente prevista, à fiscalização sectorial corrente, ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do projecto.

2. A Investidora deverá disponibilizar à ANIP o acompanhamento e fiscalização das suas actividades e dos dados e elementos que possuírem de natureza técnica, económica, financeira ou outra, cujos técnicos devidamente credenciados terão o direito de visitar o local ou locais de operações, adstritas ao projecto de investimento, devendo ser-lhes facultadas as condições logísticas necessárias, segundo um critério de razoabilidade, ao desempenho da sua missão.

3. No quadro do desenvolvimento do projecto de investimento autorizado, o alargamento do objecto da sociedade veiculo do projecto, os aumentos de capitais para o investimento, os aumentos de capital social da sociedade, bem como as cessões de participações sociais contratuais e demais alterações das condições de autorização, em conformidade com a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, devem ser autorizados pela ANIP.

4. De acordo com o cronograma de implementação e execução do projecto que constitui anexo ao presente contrato de investimento, a Investidora, sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, deverá elaborar e apresentar à ANIP relatórios trimestrais, no período de investimento e anual, no período de exploração, com todos os dados relevantes, contendo a descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos realizados, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

5. Sempre que necessário as partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do projecto de investimento autorizado.

CLÁUSULA 13.ª

(Impacto Económico e Social do Projecto de Investimento)

Prevê-se que o presente Investimento tenha o seguinte Impacto Económico:

- a) A criação de 5 (cinco) postos de trabalho directos, conforme descrito na Cláusula 16.ª, sendo que 4 postos serão ocupados por cidadãos nacionais e 1 posto por cidadão estrangeiro.
- b) Será levado a cabo um plano de formação de mão-de-obra nacional, de acordo com o Anexo II.
- c) Criação de valor acrescentado bruto no valor de USD 613.336, 00 durante o primeiro ano de actividade.

CLÁUSULA 14.ª

(Impacto ambiental do Projecto)

No quadro da implementação e desenvolvimento do projecto, o Investidor deve cumprir o estabelecido na Legislação vigente na República de Angola, sobre o ambiente.

CLÁUSULA 15.ª

(Força de Trabalho e Plano de Formação)

1. No âmbito da implementação do Projecto de Investimento de acordo com os termos aqui previstos, serão criados quatro postos de trabalho directos para cidadãos nacionais, que poderão incluir o gerente da Sociedade, aos quais acrescerão postos de trabalho indirectos mediante a celebração de contratos de prestação de serviços, que também irão assegurar a criação e manutenção de postos de trabalho em Angola, bem como mais oportunidades de emprego.

2. A Investidora compromete-se a promover um plano de formação para trabalhadores angolanos, num período de 5 anos, nos termos do Anexo II.

CLÁUSULA 16.ª

(Direitos e obrigações da Investidora)

1. Sem prejuízo das disposições deste Contrato de Investimento e da Lei do Investimento Privado, a Investidora tem o direito de:

- a) Adquirir a quota;
- b) Manter uma relação não discriminatória com as autoridades angolanas, desenvolvendo a sua actividade nas mesmas condições de segurança e protecção de qualquer outra sociedade;
- c) Celebrar os acordos de prestação de serviços e de fretamento necessários à prossecução do objecto da Sociedade, com entidades angolanas ou estrangeiras;
- d) Transferir para o exterior os dividendos resultantes da actividade da Sociedade, nos termos da Cláusula 12.ª; e
- e) Transferir para o exterior, depois da cessação do presente Contrato, os activos investidos bem como o produto da liquidação do investimento;
- f) Praticar quaisquer actos considerados convenientes para cumprir os objectivos estabelecidos no presente Contrato de Investimento.

2. O investidor privado é, em especial, obrigado a:

- a) Observar os prazos fixados para a importação de capitais e para a implementação do projecto de investimento, de acordo com os compromissos assumidos;
- b) Promover a formação e enquadramento de mão-de-obra nacional e angolanização progressiva dos quadros de direcção e chefia, sem qualquer tipo de discriminação;

- c) Não praticar, por acção ou omissão, quaisquer actos que configurem discriminação racial, do género ou por deficiência física, não fomentando factores de exclusão em razão do salário ou da condição social entre trabalhadores nacionais e expatriados, devendo atribuir aos angolanos categorias ocupacionais, salários e regalias sociais iguais às dos homólogos expatriados de igual nível ou grau académico e qualificação técnica e profissional;
- d) Pagar os impostos e todas as outras contribuições que lhe sejam devidas, sem prejuízo dos eventuais benefícios fiscais a que esteja sujeito;
- e) Constituir fundos e reservas e fazer provisões, nos termos da legislação em vigor;
- f) Aplicar o plano de contas e as regras de contabilidade estabelecidos por lei;
- g) Respeitar as normas relativas à defesa do meio ambiente, nos termos da Lei n.º 5/98, de 19 de Junho — Lei Bases do Ambiente e de outra legislação aplicável;
- h) Respeitar as normas relativas à higiene, protecção e segurança dos trabalhadores contra doenças profissionais, acidentes de trabalho e outras eventualidades previstas na legislação sobre segurança social;
- i) Efectuar e manter actualizados os seguros contra acidentes e doenças profissionais dos trabalhadores, bem como os seguros de responsabilidade civil por danos a terceiros ou ao meio ambiente.

CLÁUSULA 17.ª

(Apoio Institucional do Estado Angolano)

1. O Estado Angolano, nomeadamente através das autoridades públicas competentes para o efeito, compromete-se a cooperar institucionalmente com o Investidor e com a Sociedade, nomeadamente na relação entre estas e as várias entidades públicas envolvidas na implementação do Projecto de Investimento, nomeadamente assegurando que todas as licenças, pareceres e autorizações, que são ou que possam tornar-se necessários, são tempestivamente concedidos.

2. As entidades públicas angolanas devem, dentro da sua capacidade legal e no âmbito do interesse socioeconómico do Projecto de Investimento cooperar com o Investidor e com a Sociedade concedendo todas as licenças e autorizações que possam ser necessárias para implementar o Projecto de Investimento, nomeadamente às seguintes entidades:

- a) Ministério do Comércio;
- b) Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social; e
- c) Banco Nacional de Angola.

3. A ANIP deverá assegurar apoio institucional sempre que o Investidor ou a Sociedade pretenda cooperar com qualquer autoridade ou instituição pública em Angola, cuja intervenção seja considerada necessária ou conveniente para a implementação do Projecto.

CLÁUSULA 18.ª

(Lei aplicável e tribunal competente)

1. As Partes acordam que o presente Contrato de Investimento está sujeito à Lei Angolana e que qualquer litígio que possa eventualmente surgir deverá ser dirimido nos termos da Lei n.º 16/03, de 25 de Julho, Lei da Arbitragem Voluntária.

2. Atendendo ao elevado grau de boa-fé que tem de existir entre os subscritores do presente Contrato, as partes acordam em envidar todos os esforços para assegurar que todos os litígios relativos à interpretação, validade ou assinatura do presente Contrato sejam resolvidos de forma equitativa e amigável.

3. Se o conflito não puder ser resolvido amigavelmente, será dirimido em definitivo por arbitragem, em conformidade com Lei n.º 16/03, de 25 de Julho, Lei da Arbitragem Voluntária.

4. O número de árbitros será de 3 (três), sendo 2 (dois) deles nomeados por acordo das partes em litígio e o terceiro, que será o Presidente do Tribunal Arbitral, nomeado por acordo dos árbitros nomeados pelas partes.

5. O Tribunal Arbitral terá sede em Luanda, e a língua da instância arbitral será o português.

6. A presente convenção de arbitragem constitui renúncia expressa a qualquer imunidade ou privilégio que assista a qualquer uma das Partes relativamente à validade ou exequibilidade da decisão arbitral ou de qualquer decisão relativa à mesma.

7. A decisão arbitral será definitiva, vinculativa e exequível contra qualquer litigante em qualquer tribunal competente em conformidade com a lei do local de execução.

CLÁUSULA 19.ª

(Incumprimento e Sanções)

1. Sem prejuízo do disposto noutros diplomas legais, constitui transgressão o incumprimento doloso ou culposo das obrigações legais a que o Investidor está sujeita, nos termos da Lei do Investimento Privado e demais legislação sobre o investimento privado, nos termos do artigo 83.º e 84.º, e deverão ser sancionadas nos termos da mesma Lei.

CLÁUSULA 20.ª

(Força Maior)

1. A ocorrência de um evento de força maior tem por efeito exonerar as Partes da responsabilidade pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações emergentes do presente Contrato de Investimento que sejam directamente afectadas pela ocorrência do mesmo, na estrita medida em que o respectivo cumprimento, exacto e pontual, tiver sido efectivamente impedido.

2. Caso a ocorrência de um evento de força maior impeça temporariamente o cumprimento de uma obrigação com prazo certo, o respectivo prazo para cumprimento suspende-se até que seja reposta a situação existente antes da ocorrência do evento de força maior.

3. Sem prejuízo do disposto na presente cláusula, o Estado Angolano não pode invocar a exoneração e/ou

suspensão do cumprimento das obrigações emergentes do presente Contrato de Investimento, em qualquer caso de ocorrência de uma situação de natureza política, social, financeira e económica.

CLÁUSULA 21.ª

(Estabilidade do Contrato de Investimento)

1. O disposto no presente Contrato de Investimento foi estabelecido com base em determinadas circunstâncias económicas, técnicas e operacionais existentes em Angola à presente data. Caso ocorra uma alteração das referidas circunstâncias, que provoque uma modificação do equilíbrio contratual existente, as Partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias à pronta reposição do referido equilíbrio e a não tentar obter qualquer benefício ou vantagem dessa situação.

2. Verificando-se a alteração de circunstâncias referida no número anterior, as Partes poderão solicitar a revisão ou modificação dos termos do Contrato, ou a adopção de qualquer outra medida apropriada, com vista à reposição do equilíbrio Contratual.

3. Se no prazo de 90 dias após a solicitação referida no número anterior, as Partes não chegarem a acordo quanto à necessidade ou modo de repor o equilíbrio Contratual, a Parte lesada pela alteração poderá submeter a questão a qualquer instância legal competente para decidir esta matéria.

No caso de os bens objecto de investimento privado serem expropriados por motivos ponderosos e devidamente justificados de interesse público, o Estado assegura o pagamento de uma indemnização justa, pronta e efectiva, cujo montante é determinado de acordo com as regras de direito aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 22.ª

(Notificações)

1. Todas as notificações ou comunicações efectuadas entre as Partes ao abrigo deste Contrato de Investimento Privado devem ser entregues pessoalmente, por correio postal, fax ou por correio electrónico (e-mail) para os seguintes endereços:

ANIP:

Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25,
Edifício do Ministério da Geologia e Minas e da
Indústria, 9.º Andar Luanda - Angola
Telefones: (+244) 222 391 434/222 331 252
Fax: (+244) 222 393 381/393 833
CP: 5465
E-mail: geral@anipxo.ao

Investidora:

Rua Francisco das Necessidades Castelo Branco,
Edifício Coqueiros n.º 1 - 10.º Andar, porta C,
Bairro dos Coqueiros, Município da Ingombota,
Província de Luanda.

2. Qualquer alteração aos endereços acima indicados, deve ser prontamente comunicada, por escrito, à outra parte.

CLÁUSULA 23.ª

(Língua do contrato e exemplares)

O presente Contrato é redigido em língua portuguesa em 3 (três) exemplares, com igual teor e força jurídica, designando-se à ANIP a Investidora e à Imprensa Nacional.

CLÁUSULA 24.ª

(Anexos ao Contrato)

São Anexos ao presente Contrato de Investimento os seguintes:

Anexo I — Cronograma de Implementação do Projecto de Investimento; e

Anexo II — Plano de Formação de mão-de-obra nacional.

Tendo as partes acordado no disposto no presente Contrato de Investimento, os seus representantes autorizados rubricaram e assinaram o mesmo, em dois originais.

Feito em Luanda, aos 13 de Março de 2014.

Pela República de Angola, a Agência Nacional de Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

Pela Sioux Investimentos — SGPS, Limitada, *Carlos Manuel da Silva Gomes*.

ANEXO I

Cronograma de Implementação K-Land

	2014				
	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
1. Aprovação do Projecto de Investimento pela ANIP					
2. Emissão da Licença de Importação de Capitais pelo BNA					
3. Importação de Capitais próprios pelo Investidor					
4. Aquisição da quota na Sociedade K-Land e aumento de capital social					
5. Aquisição dos imóveis e realização de obras de adaptação					
6. Aquisição de equipamento administrativo					
7. Início da contratação de trabalhadores					
8. Início da actividade comercial					

ANEXO II

Plano de Formação de Mão-de-Obra Nacional

Perfil da Sociedade

A K-LAND é uma sociedade de direito angolano, cujo objecto social consiste na prestação de serviços na área imobiliária, nomeadamente a gestão e exploração de Business Centers e arrendamento de imóveis.

Política de Desenvolvimento de Recursos Humanos

A K-LAND tem como objectivo, ao nível do desenvolvimento dos seus recursos humanos, proporcionar uma formação profissional adequada, transmissão de *Know-How* específico e de conhecimentos técnicos aos seus colaboradores angolanos. Neste sentido, a K-LAND pretende recrutar trabalhadores nacionais através de instituições de ensino nacionais e posteriormente implementar programas de formação on job e, sempre que aplicável em matérias de especialização técnica, através do recurso a instituições de ensino especializadas conforme quadro abaixo.

Plano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos			
	Gerente	Motorista	Empregadas de Limpeza
2014	Gestão Imobiliária Gestão de Equipas Legislação Laboral	Gestão de tempo Segurança e Higiene nos transportes	Segurança e Higiene no trabalho Relacionamento Interpessoal
2015	Gestão Imobiliária Contabilidade Processamento de Salários	Introdução à manutenção preventiva de veículos Segurança activa e passiva nas estradas Gestão de tempo	Apresentação; Ética e postura no trabalho Segurança e prevenção de acidentes
2016	Recursos Humanos Processamento de impostos Normas de arrendamento	Regulamentação Gestão de tempo Segurança activa e passiva nas estradas	Segurança e Higiene no trabalho Ergonomia no trabalho

Conclusão

A K-Land, enquanto sociedade de direito angolano, assume as suas responsabilidades em matéria de prossecução dos objectivos de Angolanização e reforço do Conteúdo Nacional vigentes, nomeadamente em termos de emprego, formação profissional, gestão e capacidade operacional.

De acordo com o objecto específico das suas actividades, a K-Land aspira ao desenvolvimento das qualificações necessárias para que os seus colaboradores demonstrem competências ao nível dos cargos que ocupam.

Deste modo, a K-Land entende poder contribuir para a divulgação dos valores essenciais da sociedade angolana, correspondendo às expectativas dos seus clientes e realçando a sua nossa reputação como sociedade de referência em Angola.

Agradecemos a oportunidade de desenvolver as nossas operações em Angola.

Pela República de Angola, a Agência Nacional para Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

Pela Sioux Investimentos — SGPS, Limitada, *Carlos Manuel da Silva Gomes*.

Resolução n.º 44/14 de 15 de Julho

Considerando que Linyuan Wang, Kai Wang e Junjie Su, pessoas singulares, todas de nacionalidade chinesa, entidades não residentes cambiais, investidores externos, igualmente com morada em Jiangsu-China, apresentaram ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) uma Proposta de Investimento Externo.

Considerando que no âmbito desta proposta pretende-se constituir uma sociedade por quotas denominada «Wange International Angola, Limitada» a fim de desenvolver actividades no sector da prestação de serviços de perfuração de solos e estudos geológicos.

Considerando que, o Governo da República de Angola está empenhado em promover projectos de investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, diversificação da eco-

nomia, prestação de serviços nos diversos sectores económicos, assim como a melhoria da qualidade de vida das populações, aumento de infra-estruturas industriais, o aumento do emprego, bem como o fomento do empresariado angolano.

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o Contrato de Investimento da Proposta denominada «Wange International Angola, Limitada» no valor global de USD 3.000.000,00 (três milhões de dólares), no Regime Contratual.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 26 de Julho de 2013. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PRIVADO WANGE INTERNATIONAL ANGOLA, LIMITADA

Contrato de Investimento Privado

As Partes:

O Estado da República de Angola, representado pela Agência Nacional para o Investimento Privado («ANIP»), com sede na Rua Serqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, do Edifício do Ministério da Indústria, aqui representada por Maria Luísa Perdigão Abrantes, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes para o acto, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), doravante «Estado»; e

1. Linyuan Wang, pessoa singular de nacionalidade chinesa, entidade não residente cambial, Investidor Externo, com morada em Jiangsu-China;

2. Kai Wang, pessoa singular de nacionalidade chinesa, entidade não residente cambial, Investidor Externo, com morada em Jiangsu-China;

3. Junjie Su, pessoa singular de nacionalidade chinesa, entidade não residente cambial, Investidor Externo, com morada em Jiangsu-China.

Os «Investidores» e o «Estado» quando referidos conjuntamente serão referidos como «Partes».

Considerando que:

a) Os Investidores privados têm intenção de se estabelecer em Angola, através da constituição de uma sociedade por quotas que terá como objecto a perfuração de solos e estudos geológicos;

b) Os promotores possuem capacidade técnica, financeira e uma vasta experiencia acumulada ao longo dos anos;

c) O mercado angolano apresenta enormes necessidades de água para as populações, tanto para consumo como para agricultura.

As Partes, animadas pelo propósito da concretização do projecto de investimento, acordam livremente e de boa-fé e no interesse recíproco de cada uma delas, pela celebração do presente Contrato de Investimento, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª

(Natureza e objecto do Contrato)

1. O presente Contrato tem natureza administrativa.

2. Constitui objecto do presente Contrato, a constituição de uma sociedade por quotas que terá como objecto principal a prestação de serviços de perfuração de solos e estudos geológicos.

CLÁUSULA 2.ª

(Duração e denúncia do Contrato)

1. O Contrato de Investimento vigorará por tempo indeterminado.

2. Qualquer das Partes poderá denunciar o Contrato, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência de pelo menos 6 meses.

CLÁUSULA 3.ª

(Localização do investimento e regime jurídico dos bens)

1. O Projecto de Investimento estará localizado na Província de Luanda Município de Viana, Via Expresso Viana-Benfica, Zona de Desenvolvimento A, nos termos do artigo 35.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

2. Os bens de equipamento, máquinas, acessórios e outros meios fixos corpóreos a adquirir pelos Investidores, para a realização do objecto do presente Contrato, estarão sob o regime da propriedade privada.

CLÁUSULA 4.ª

(Objectivos do Projecto de Investimento)

Com o presente Investimento os «Investidores» propõem-se a atingir os seguintes objectivos:

a) Constituir uma sociedade de direito angolano com viabilidade económica a longo prazo, criadora

de emprego e com capacidade técnica para executar o seu objecto social;

b) Motivar e promover o desenvolvimento económico através da participação no processo de aumento da produção nacional prestando serviços de perfuração de solos e estudos geológicos para obtenção de águas nas comunidades rurais do País e para o fomento agrícola;

c) Incentivar o crescimento da economia;

d) Introduzir o domínio da tecnologia.

CLÁUSULA 5.ª

(Entidade executora do projecto)

Pelo presente Contrato e para a execução do objecto constante da cláusula primeira, os investidores obrigam-se a constituir uma sociedade por quotas com a denominação «Wange International Angola, Limitada».

CLÁUSULA 6.ª

(Condição de exploração e gestão do empreendimento)

1. A gestão do projecto será efectuada directamente pelos investidores, através da sociedade a constituir, nos termos da cláusula 5.ª supra, em estreita conformidade com as condições de autorização prevista neste Contrato de Investimento e demais legislação aplicável.

2. O projecto não prevê o recurso à assistência técnica externa.

CLÁUSULA 7.ª

(Operações de investimento)

Para a implementação do projecto e cumprimento do objecto social proposto, as operações de investimento que o Investidor irá realizar, traduzir-se-ão em Operações de Investimento Externo, nos termos das alíneas a), c) e f) do artigo 12.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

CLÁUSULA 8.ª

(Montante e formas de realização do investimento)

1. O valor global do investimento é de USD 3.000.000,00 (três milhões de dólares dos EUA).

2. O valor de investimento declarado no ponto acima será realizado da seguinte forma:

a) USD 500.000,00 pela transferência de fundos do exterior, nos termos da alínea a) do artigo 13.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, distribuído da seguinte forma:

Wang Linyuan 40%;

Wang Kai 30%; e

Junjie Su 30%.

b) USD 2.500.000,00 pela importação de máquinas, equipamentos e outros meios fixos corpóreos, ao abrigo da alínea d) do artigo 13.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

3. Os Investidores no quadro do desenvolvimento do projecto e das necessidades do mercado poderão, nos termos da lei, solicitar junto da ANIP, aumentos do valor do investimento, com vista a realização com êxito das suas actividades e seu desenvolvimento.

CLÁUSULA 9.ª

(Forma de financiamento do Investimento)

1. O valor global de investimento será integralmente financiado com fundos próprios dos investidores domiciliados no exterior de Angola, que serão subscritos da seguinte forma.

- a) USD 1.000.000,00, por Wang Linyuan;
- b) USD 1.000.000,00, por Wang Kai;
- c) USD 1.000.000,00, por Junjie Su.

CLÁUSULA 10.ª

(Programa de implementação e desenvolvimento do projecto)

No âmbito da implementação e desenvolvimento do projecto, prevê-se um período de 12 meses, conforme o cronograma de implementação, pelo facto do investidor prever a construção de um estaleiro central em Luanda.

CLÁUSULA 11.ª

(Força de trabalho do projecto e plano de formação)

1. O projecto prevê a criação de 75 postos de trabalho distribuídos da seguinte forma:

- a) 20 Trabalhadores expatriados visando a cobertura dos trabalhos nas áreas de especialidade, designadamente engenheiros civis, mecânicos e similares e, serão reduzidos gradualmente de acordo com o princípio de substituição por trabalhadores angolanos;
- b) 55 Trabalhadores nacionais;

2. Para além do cumprimento das obrigações previstas no Plano de Recrutamento e Formação da mão-de-obra nacional a sociedade ficará também obrigada a:

- a) O cumprimento do plano de formação, capacitação da força de trabalho nacional e substituição gradual da força de trabalho estrangeira pela nacional, nos termos do Decreto n.º 5/95, de 7 de Abril, num período que se estima de 3 anos, dependendo da complexidade da função, nos termos do Anexo 2;
- b) Colaborar com o INEFOP no processo de recrutamento, selecção e formação profissional dos trabalhadores angolanos;
- c) Cumprir com as obrigações de entidade empregadora, designadamente os descontos de Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho e contribuições para a Segurança Social, celebrar e manter os contratos de seguros de trabalho e doenças profissionais.

CLÁUSULA 12.ª

(Impacto ambiental)

Os Investidores Privado obriga-se a implementar o Projecto de Investimento de acordo com o n.º 3.º do artigo 16.º da Lei 5/98, de 19 de Junho, Decreto n.º 51/04, de 23 de Julho, Decreto n.º 59/07, de 13 de Julho e demais legislação ambiental em vigor que for aplicável, em particular no que diz respeito a:

1. Permitir que as autoridades competentes procedam a inspecções ou estudos para aferir a regularidade ambiental

das actividades de construção e operação, das instalações dos equipamentos no estaleiro;

2. Participar ao Ministério do Ambiente, quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeitos negativos sobre o ambiente.

CLÁUSULA 13.ª

(Impacto económico e social do projecto)

O impacto económico e social do projecto traduz-se no seguinte:

- a) Criação de 55 postos de trabalho para a operação/exploração do projecto;
- b) Contribuir com um VAB acumulado no sector, de USD 3.419.321,90;
- c) Introdução no mercado nacional de sistemas tecnológicos modernos para elaboração de estudos geológicos;
- d) Incremento ao incentivo de desenvolvimento de projectos agro-industriais.

CLÁUSULA 14.ª

(Apoio institucional do Estado)

1. As instituições públicas angolanas de acordo com as suas competências e no alcance do interesse socio-económico do projecto, comprometem-se a apoiar o licenciamento da actividade a exercer pelo projecto, em conformidade com os procedimentos estabelecidos:

- a) ANIP — apoiará o relacionamento do investidor com os demais organismos, sempre que necessário, a fim de auxiliar na emissão de licenças e outros documentos necessários a implementação do projecto dentro dos prazos aprovados;
- b) Ministério da Construção como entidade tutelar, para apoiar o licenciamento da actividade e o equilíbrio funcional do projecto;
- c) BNA — Departamento de Controlo Cambial: emitir as licenças dos capitais autorizados, bem como a transferência dos dividendos e outros lucros distribuídos, nos termos legalmente estabelecidos;
- d) Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social: apoiar as acções de formação e realização de estágios profissionais.

CLÁUSULA 15.ª

(Termos da proporção e graduação percentual do repatriamento dos dividendos)

1. O projecto de investimento ficará sujeito à legislação cambial em vigor na República de Angola, e as regras previstas na Lei do Investimento Privado.

2. Depois de implementado o projecto de investimento e em obediência ao disposto nos artigos 18.º, 19.º e 20.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, e nas condições estabelecidas na autorização do BNA, conforme a legislação cambial aplicável, ao Investidor Externo é garantido o direito de transferir para o exterior:

- a) Os dividendos ou lucros distribuídos, depois de devidamente verificados e certificados os respectivos comprovativos do pagamento dos impostos devidos, tendo em conta o montante do capital

investido e a sua correspondência com as respectivas participações no capital próprio da sociedade;

b) O produto da liquidação dos seus investimentos, incluindo as mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;

c) Quaisquer importâncias que lhe sejam devidas, com dedução dos respectivos impostos, previstos em actos e contratos que, nos termos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, constituam investimento privado;

d) produto de indemnizações, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;

e) Royalties ou outros rendimentos de remuneração de investimentos indirectos, associados à cedência de transferência de tecnologia.

3. Os Investidores só terão direito ao início do repatriamento dos lucros depois de transcorridos 3 (três) anos a contar da data implementação efectiva do Projecto de Investimento.

CLÁUSULA 16.ª

(Mecanismo de acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento da realização dos investimentos preconizados, a ser efectuado pela ANIP, no quadro do disposto na Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, os Órgãos do Governo procederão, nos termos e forma legalmente prevista, à fiscalização sectorial corrente, ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do projecto.

2. Os «Investidores» deverão facilitar a ANIP o acompanhamento e fiscalização das suas actividades e dos dados e elementos que possuírem de natureza técnica, económica, financeira ou outra, cujos técnicos devidamente credenciados terão o direito de visitar o local ou locais de operações, adstritas ao projecto de investimento, devendo ser-lhes facultadas as condições logísticas necessárias, segundo um critério de razoabilidade, ao desempenho da sua missão.

3. No quadro do desenvolvimento do projecto de investimento autorizado, o alargamento do objecto da sociedade veículo do projecto, os aumentos de capitais para o investimento, os aumentos de capital social da sociedade, bem como as cessões de participações sociais contratuais e demais alterações das condições de autorização, em conformidade com a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, devem ser autorizados pela ANIP.

4. De acordo com o Cronograma de Implementação e Execução do Projecto que constitui anexo ao presente Contrato de Investimento, os «Investidores», sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, deverá elaborar e apresentar à ANIP relatórios trimestrais, no período de investimento e anual, no período de exploração, com todos os dados relevantes, contendo a descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos realizados, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

5. Sempre que necessário as Partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do projecto de investimento autorizado.

CLÁUSULA 17.ª

(Notificações)

1. Todas as notificações ou comunicações efectuadas ao abrigo do presente Contrato de Investimento só serão válidas se forem feitas por escrito e enviadas para os seguintes endereços:

Estado, representado pela ANIP:

Endereço: Rua Serqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar;

Edifício do Ministério da Indústria;

Telefone: +244 222 391 434 / 331 252;

Fax: +244 222 393 381;

E-mail: geral@anip.co.ao

Investidores:

Endereço: Via Expresso, Viana-Benfica;

Telefone: 924 215 200 / 922 681 653.

2. Qualquer alteração aos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada, por escrito, à outra Parte.

CLÁUSULA 18.ª

(Estabilidade do Contrato de Investimento)

1. O disposto no presente Contrato de Investimento foi estabelecido com base em determinadas circunstâncias económicas, técnicas e operacionais existentes em Angola à presente data. Caso ocorra uma alteração das referidas circunstâncias, que provoque uma modificação do equilíbrio contratual existente, as Partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias à pronta reposição do referido equilíbrio e a não tentar obter qualquer benefício ou vantagem dessa situação.

2. Verificando-se a alteração de circunstâncias referida no número anterior, as Partes poderão solicitar a revisão ou modificação dos termos do Contrato, ou a adopção de qualquer outra medida apropriada, com vista à reposição do equilíbrio Contratual.

3. Se no prazo de 90 dias após a solicitação referida no número anterior, as Partes não chegarem a acordo quanto à necessidade ou modo de repor o equilíbrio Contratual, a Parte lesada pela alteração poderá submeter a questão a qualquer instância legal competente para decidir esta matéria.

4. No caso de os bens objecto de investimento privado serem expropriados por motivos ponderosos e devidamente justificados de interesse público, o Estado assegura o pagamento de uma indemnização justa, pronta e efectiva, cujo montante é determinado de acordo com as regras de direito aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 19.ª

(Deveres e direitos dos Investidores)

1. Os «Investidores» obriga-se a respeitar as leis e regulamentos em vigor, bem como os compromissos contratuais e submete-se ao controlo das autoridades competentes, devendo prestar-lhes todas as informações solicitadas, nomeadamente:

- a) Respeitar os prazos fixados para a importação de capitais e para a implementação do projecto de acordo com os compromissos assumidos;
 - b) Aplicar o plano de contas e as regras da contabilidade estabelecidas no País;
 - c) Promover a formação da mão-de-obra nacional e a anglo-
lanização a nível das chefias e quadros nacionais.
2. Sem prejuízo dos direitos estabelecidos no presente Contrato, o Investidor gozará ainda dos seguintes direitos:
- a) A sociedade a constituir gozará do estatuto de sociedade de direito angolano;
 - b) Total protecção e respeito pelo sigilo profissional, bancário e comercial;
 - c) Protecção da propriedade industrial e sobre todas as suas criações intelectuais.
3. Nos termos do disposto no artigo 22.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, os Investidores têm direito a recorrer ao crédito após implementação efectiva do projecto.

CLÁUSULA 20.ª
(Infracções e sanções)

1. No âmbito deste Contrato de Investimento, sem prejuízo do disposto em outros diplomas, em matéria de investimento privado, constituem infracções os seguintes actos:
- a) Uso de contribuições provenientes do exterior para finalidades diversas daquelas para que tenham sido autorizadas;
 - b) A não execução do projecto dentro dos prazos estabelecidos no presente contrato ou da autorização do investimento;
 - c) A prática de actos de comércio fora do âmbito autorizado;
 - d) A prática de facturação que permita a saída de capitais ou iluda as obrigações a que a empresa ou associação esteja sujeita, designadamente as de carácter fiscal;
 - e) A não execução das acções de formação ou não substituição de trabalhadores expatriados por nacionais nas condições e prazos estabelecidos;
 - f) A sobre-facturação das máquinas e equipamentos importados para os fins do Projecto de Investimento.
2. Sem prejuízo de outras sanções especialmente previstas por lei, as transgressões previstas no número anterior são passíveis das seguintes sanções:
- a) Multa, correspondente em kwanzas, que varia entre o equivalente a USD 10.000,00 e USD 500.000,00, sendo o mínimo e o máximo elevados para o triplo em caso de reincidência;
 - b) Revogação da autorização do investimento.
3. As competências e procedimentos inerentes à aplicação e recursos sobre as sanções são as estabelecidas nos artigos 87.º e 88.º, ambos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

CLÁUSULA 21.ª
(Resolução de litígios)

1. Quaisquer litígios ou divergências relativos à validade, interpretação, cumprimento, alteração ou vigência do presente Contrato de Investimento, bem como sobre a interpretação e aplicação de quaisquer leis, decretos, regulamentos ou decisões com impacto sobre o mesmo, que surjam entre o Estado e os Investidores Privado será submetido a arbitragem, nos termos da Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

2. O Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, sendo um designado pelo(s) demandante(s), o segundo, pelo(s) demandado(s) e o terceiro, que desempenhará a função de presidente, escolhido por acordo entre os árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s). Se os árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s) não chegarem a acordo quanto à pessoa a designar para terceiro árbitro, o terceiro árbitro que desempenhará a função de Presidente do Tribunal Arbitral, cooptado por aqueles.

3. O Tribunal Arbitral funcionará em Luanda, Angola, e decidirá segundo a Lei Angolana.

4. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa.

5. Os acórdãos, ordens ou decisões do tribunal arbitral serão finais, vinculativas e irrecorríveis. As Partes, desde já, renunciam ao direito de invocar qualquer imunidade ou privilégio de que possam gozar relativamente aos acórdãos, ordens ou decisões do tribunal arbitral e comprometem-se a prontamente cumprir com as mesmas nos seus precisos termos.

CLÁUSULA 22.ª
(Lei aplicável)

O Contrato de Investimento rege-se pela lei angolana, designadamente pela Lei do Investimento Privado e demais legislação em vigor.

CLÁUSULA 23.ª
(Entrada em vigor)

O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura.

CLÁUSULA 24.ª
(Língua do Contrato e exemplares)

1. As Partes acordam que todos os documentos contratuais, descritos na cláusula 20.ª assim como toda a documentação que as mesmas venham a trocar no âmbito da sua execução, deverão estar em língua portuguesa e em 4 (quatro) exemplares.

2. Caso qualquer uma das Partes produza ou invoque algum documento em língua estrangeira, este só será eficaz se traduzido para língua portuguesa, sem prejuízo de, em caso de litígio ou dúvida, prevalecer o conteúdo do documento original sobre a tradução.

CLÁUSULA 25.ª
(Documentos contratuais)

1. O Contrato de Investimento, com os seus Anexos contém todos os direitos e obrigações assumidas pelas Partes, no que diz respeito à definição e disciplina das relações entre

si no âmbito do Contrato de Investimento, e prevalecem sobre quaisquer outros acordos ou entendimentos, orais ou escritos, de sentido diverso.

2. Qualquer alteração ao Contrato de Investimento, aos seus Anexos e/ou ao CRIP, para ser válida, terá que constar de documento escrito assinado por todas as Partes.

3. Em caso de litígio e/ou divergência de interpretação, os Anexos e o CRIP não podem ser autonomamente interpretados e/ou invocados entre as Partes e/ou perante terceiros.

4. Havendo contradições entre o conteúdo dos Anexos e/ou do CRIP e o Contrato de Investimento, prevalecem as Cláusulas do Contrato de Investimento.

CLÁUSULA 26.^a
(Documentos anexos)

São partes integrantes do Contrato de Investimento os Anexos seguintes:

- a) Plano de formação da mão-de-obra nacional;
- b) Plano de substituição gradual da mão-de-obra expatriada; e
- c) Cronograma de implementação do projecto.

Feito em Luanda, aos 26 de Julho de 2013.

Pela República de Angola, a Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*, —
Presidente do Conselho de Administração.

Investidores: *Kai Wang, Linuan Wang e Junjie Su*.

ANEXO — I

Mapa de Formação da Mão-de-Obra Nacional

N/O	Categoria	Número de Formandos	Categoria do Formador	Tipo de Formação	Local de Formação	Tempo de Formação
1	Técnicos Superior	1	Especialista em Perfuração de Solos	Técnica	On Job	4 Meses
2	Técnico Médio	10	Tecnico-Chefe	Técnica	On Job	4 Meses
3	Administrativo	5	Especialista em Gestão de Empresas	Contabilidade Avançada	Escola de Administração Local	3 Meses
4	Operário Especializado	20	Tecnico-Chefe	Técnica	On Job	3 Meses
5	Perário não Especializado	19	Tecnico-Chefe	Técnica	On Job	3 Meses
Total		55				

ANEXO — II

Plano de Substituição da Mão-de-Obra Estrangeira

Rubricas	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4		Ano 5	
	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.
Direcção	0	3	0	3	0	3	0	3	0	3
Técnico Superior	1	4	1	4	1	4	2	3	4	1
Técnico Médio	10	13	10	13	20	3	20	3	23	0
Administrativos	5		5		5		5	0	5	0
Operário Especializado	20	0	20	0	20	0	20	0	20	0
Operário Indiferenciado	19	0	19	0	19	0	19	0	19	0
Total	55	20	55	20	65	10	66	9	71	4

ANEXO — III

Cronograma de Implementação do Projecto de Investimento

Acções a Executar	Ano 2013	Ano 2013	Ano 2013	Ano 2013	Ano 2013
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5
Aprovação do Projecto pela ANIP					
Constituição da Sociedade					
Aquisição dos Equipamentos					
Montagem e Testes					
Início das Actividades					

Pela República de Angola, a Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*, —
Presidente do Conselho de Administração.

Investidores: *Kai Wang, Linuan Wang e Junjie Su*.